

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-02-07

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Terrenas, J. & Pereira, J. C. (2022). Antropoceno, ecologia e segurança. In Teresa Ferreira Rodrigues, João Vieira Borges (Ed.), *Ameaças e riscos transnacionais na nova era*. Lisboa: Esfera do Caos.

Further information on publisher's website:

<https://www.bertrand.pt/livro/ameacas-e-riscos-transnacionais-na-nova-era-teresa-ferreira-rodrigues/27956496>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Terrenas, J. & Pereira, J. C. (2022). Antropoceno, ecologia e segurança. In Teresa Ferreira Rodrigues, João Vieira Borges (Ed.), *Ameaças e riscos transnacionais na nova era*. Lisboa: Esfera do Caos.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

ANTROPOCENO, ECOLOGIA E SEGURANÇA

João Terrenas

Joana Castro Pereira

Sumário: Ao quebrar a dicotomia sociedade-natureza, evidenciando assim o destino entrelaçado da humanidade e do planeta, a emergência do Antropoceno desafia o entendimento convencional de conceitos fundamentais para pensar a política mundial. O presente capítulo discute os limites da ideia de segurança ambiental no contexto da nova época geológica e explora dois discursos alternativos, nomeadamente segurança como cuidado e segurança ecológica, argumentando que estes oferecem um ponto de partida mais adequado para refletir sobre questões de (in)segurança no quadro das complexas crises socioecológicas do século XXI.

Palavras-chave: Antropoceno; Ecologia; Segurança; Crise Socioecológica.

Abstract: By breaking the society-nature dichotomy, thus emphasizing the intertwined fate of humanity and the planet, the emergence of the Anthropocene challenges our conventional understanding of basic concepts for thinking world politics. This chapter discusses the limitations of the idea of environmental security in the context of the new geological epoch and explores two alternative discourses, namely security as care and ecological security. It argues that these concepts offer a better starting point for thinking about (in)security against the background of the complex socioecological crises of the 21st century.

Keywords: Anthropocene; Ecology; Security; Socioecological Crisis.

INTRODUÇÃO

Desde a sua publicação há mais de duas décadas, a proposta de que o planeta terá entrado numa nova época geológica, o Antropoceno,¹ tem suscitado um intenso debate não apenas nas ciências naturais, mas também nas ciências sociais e humanas.² A ideia um sistema terrestre crescentemente instável e profundamente alterado pela atividade humana – consubstanciada no

¹ CRUTZEN, P. J. – «Geology of Mankind». In *Nature*. V. 415, N. ° 23, 2002, p. 23.

² MALHI, Y. – «The Concept of the Anthropocene». In *Annual Review of Environment and Resources*. V. 42, 2017, pp. 77-104.

conceito de Antropoceno – revela a existência de um complexo sistema socioecológico planetário e evidencia a necessidade de transformar o modo como pensamos e nos relacionamos com o planeta e as espécies não-humanas que sustentam a vida na Terra.³

Apesar do intenso debate em torno da data de início desta nova época geológica,⁴ a grande maioria dos investigadores não tem dúvidas quanto à magnitude dos desafios que esta levanta e às suas consequências potencialmente catastróficas para o futuro da humanidade. De acordo com o sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), o aquecimento global alcançou já níveis «sem precedentes», colocando o planeta perto do «ponto de rutura climática», o que poderá causar uma série de «mudanças abruptas e irreversíveis» na biosfera.⁵ Em 2021, perante a magnitude da interferência antropogénica no clima, cientistas de todo o mundo declararam o estado de emergência climática.⁶ Por sua vez, a Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (IPBES) registou, em 2019, uma perda massiva, e sem precedentes na história humana, da biodiversidade global nas últimas cinco décadas.⁷ Vários cientistas sugeriram já que o planeta terá entrado numa sexta era de extinção em massa.⁸ O Antropoceno representa assim, potencialmente, o maior e mais complexo desafio alguma vez enfrentado pela humanidade.

Esta nova época geológica não só denota a multiplicação de riscos e ameaças, como reafirma o início de uma nova realidade, em que a segurança da humanidade não pode continuar a ser separada das condições biofísicas que tornam possível a sua existência. No Antropoceno, proteger o ser humano significa preservar o planeta e as relações mais-do-que-humanas que permitem o normal funcionamento do sistema terrestre. Todavia, ao instituir a divisão entre

³ PNUD – *Síntese: Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A Próxima Fronteira: O Desenvolvimento Humano e o Antropoceno*. Consultado em: 6 de junho de 2022. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf; PEREIRA, J. C.; VIOLA, E. – *Climate Change and Biodiversity Governance in the Amazon: At the Edge of Ecological Collapse?* New York: Routledge, 2022.

⁴ MALHI, Y. – «The Concept of the Anthropocene».

⁵ IPCC – *Sixth Assessment Report*. Consultado em: 6 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>.

⁶ RIPPLE, W. J. et al. – «World Scientists' Warning of a Climate Emergency 2021». In *BioScience*. V. 71, N. ° 9, 2021, pp. 894-895.

⁷ IPBES – *Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services*. Consultado em: 6 de junho de 2022. Disponível em: <https://ipbes.net/global-assessment>.

⁸ KOLBERT, E. – *The Sixth Extinction: An Unnatural History*. New York: Henry Holt and Co, 2014; CEBALLOS, G., Ehrlich, P. R., DIRZO, R. – «Biological Annihilation Via the Ongoing Sixth Mass Extinction Signaled by Vertebrate Population Losses and Declines». In *PNAS*. V. 114, N. ° 30, 2017, pp. E6089-E6096.

humanidade e natureza, e reificar a superioridade moral do ser humano em relação às espécies não-humanas que o sustentam, o conceito de segurança ambiental torna-se amplamente desadequado a este novo contexto⁹ e, por isso, incapaz de reorientar e reequilibrar a nossa relação com o planeta.

Neste capítulo, reconsideramos o significado da segurança ambiental no contexto da nova época geológica. Numa primeira parte, analisamos o conceito e as suas limitações, demonstrando que, apesar da sua contribuição para reforçar a importância de tópicos como a perda da biodiversidade ou as alterações climáticas na agenda global, os discursos antropocêntricos de segurança se revelam problemáticos ao considerar a natureza uma dimensão ou ameaça externa à humanidade e um mero instrumento para a sua proteção. Numa segunda parte, discutimos duas visões de segurança que, do ponto de vista ético, ontológico e político, se revelam mais adequadas face às condições geológicas do Antropoceno: os conceitos de segurança como cuidado e segurança ecológica. Consideramos que estes discursos nos oferecem um melhor ponto de partida para refletir sobre questões de (in)segurança no quadro das complexas crises socioecológicas do século XXI.

A SEGURANÇA AMBIENTAL E OS SEUS LIMITES: DA SEGURANÇA NACIONAL À INSEGURANÇA HUMANA

As questões de segurança são fundamentais na identificação das prioridades da agenda global. Ao considerar desafios como a perda de biodiversidade, as alterações climáticas, a poluição hídrica ou acesso a recursos energéticos – potenciais riscos ou ameaças à estabilidade social e bem-estar coletivo – estamos também a sublinhar a urgência de redirecionar recursos e elevar a importância dessas questões na agenda política. No entanto, a segurança é um conceito complexo, de definição variável, alicerçado num conjunto de pressupostos ontológicos, epistemológicos, éticos e políticos.¹⁰ Apesar de distintas, estas dimensões estão intrinsecamente relacionadas: a conceção da realidade oferecida por um determinado conceito de segurança irá, inevitavelmente, determinar o tipo de metodologias que consideramos adequadas para estudá-la e compreendê-la; paralelamente, a visão política subjacente a

⁹ MITCHELL, A. – «Only Human? A Worldly Approach to Security». In *Security Dialogue*. V. 45, No. ° 1, 2014, pp. 5-21.

¹⁰ WALKER, R. B. J. - «The Subject of Security». In *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. PP. 61-82.

determinada agenda de segurança está intimamente ligada à posição ética que a sustenta, definindo não só quem deve ser protegido e de que ameaças, mas também por quem, como e com que finalidade. Nesse sentido, a definição de segurança implica necessariamente a identificação não só de uma ameaça e de um referente a proteger (segurança de quem em relação a quê), mas também dos atores com responsabilidade e meios para garanti-la (quem garante a segurança e como).¹¹ O referente, os meios e as práticas da segurança são interdependentes e indissociáveis.

Não obstante a sua complexidade, a definição e pressupostos deste conceito raramente foram questionados ao longo do século XX. Durante grande parte da Guerra Fria, a segurança era definida apenas como a defesa da integridade, estabilidade e interesses do Estado relativamente a potenciais ameaças externas de caráter militar.¹² Esta definição viria a ser vigorosamente contestada nas décadas seguintes.¹³ Em traços gerais, a disputa concetual ocorreu em torno do aprofundamento e do alargamento da segurança.¹⁴ O primeiro tinha como objetivo questionar a centralidade do Estado como principal sujeito político e a sua preponderância como o único referente legítimo da segurança. Pretendia-se repensar a agenda de segurança em torno do bem-estar coletivo e individual, ou até mesmo da humanidade como um todo, o que resultaria no desenvolvimento de conceitos como segurança humana, segurança global, segurança positiva, segurança comum, segurança societal ou segurança ontológica. Por sua vez, o segundo procurava ampliar para lá das questões militares os objetos que poderiam ser considerados potenciais riscos e ameaças de segurança. Por um lado, este processo levaria à inclusão na agenda de segurança de um número crescente de ameaças não-tradicionais, tais como migrações, epidemias ou escassez de recursos energéticos; por outro lado, resultaria no desenvolvimento de conceitos alternativos de segurança, entre os quais se incluem as ideias de

¹¹ Baldwin, D. A. – «The Concept of Security». In *Review of International Studies*. V. 23, N. ° 1, 1997, pp. 5-26.

¹² BUZAN, B.; HANSEN, L. – *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009; WALT, S. M. – «The Renaissance of Security Studies». In *International Studies Quarterly*. V. 35, N. ° 2, 1991, pp. 211-239.

¹³ DALBY, S. – «Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse». In *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, pp. 3-32; SMITH, S. – «The Increasing Insecurity of Security Studies: Conceptualizing Security in the Last Twenty Years». In *Contemporary Security Policy*. V. 20, N. ° 3, 1999, pp. 72-101.

¹⁴ KRAUSE, K. – «Critical Theory and Security Studies: The Research Programme of Critical Security Studies». In *Cooperation and Conflict*. V. 33, N. ° 3, 1998, pp. 298-333.

segurança energética, segurança alimentar ou segurança sanitária.¹⁵ Neste contexto, começava-se a associar ambiente e segurança.

A ideia de segurança ambiental foi popularizada pelo Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, este sugeria que, a par de uma crise de desenvolvimento e de uma crise energética, o planeta viria também a atravessar uma crise ambiental. Dada a crescente interdependência entre economia e ecologia, o relatório sublinhava que o crescimento económico teria um impacto ambiental crescente e que desafios como a degradação dos solos, a poluição e a desflorestação acabariam por condicionar decisivamente o crescimento económico global. O mesmo documento avançava a ideia de que estes fatores já teriam produzido milhões de refugiados e colocava a degradação ambiental como uma das principais fontes de tensão e conflito aos níveis doméstico e internacional. Assim, as questões ambientais deveriam ser consideradas potenciais ameaças à segurança. O objetivo do relatório era sublinhar a necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável, que não colocassem em causa os processos e condições planetários necessários ao bem-estar e sobrevivência da humanidade. De acordo com o documento, a proteção dessas condições permitiria garantir a segurança ambiental.¹⁶

No mesmo período, vários investigadores viriam a debruçar-se sobre as potenciais implicações da degradação ambiental para a segurança nacional. Um dos contributos mais importantes foi o de Jessica Tuchman Mathews. Num texto publicado em 1989, a investigadora defendia que uma nova visão de segurança nacional deveria obrigatoriamente colocar os desafios ambientais e as alterações demográficas em primeiro plano. O seu ponto de partida era claro: sem uma transformação dos meios de produção e consumo, o rápido crescimento populacional a nível global iria contribuir para a destruição de recursos naturais e ecossistemas essenciais ao funcionamento e sobrevivência das sociedades humanas. Para a autora, a evidência mais explícita deste processo era a rápida desflorestação nos trópicos e o seu impacto na destruição de ecossistemas, com consequências importantes ao nível da agricultura. Mathews sublinhava também os severos efeitos sociais, políticos e económicos que poderiam resultar da destruição da biodiversidade, da desertificação ou da rápida degradação dos solos. Quando analisados em conjunto, tornava-se evidente que tais fatores poderiam contribuir de forma determinante para exacerbar tensões sociais e, nalguns casos, traduzir-se até em migrações forçadas. Responder a estas ameaças exigia não só repensar o conceito de segurança e a sua arquitetura institucional,

¹⁵ Para uma análise geral destes desenvolvimentos, veja-se BUZAN, B.; HANSEN, L. – *The Evolution of International Security Studies*.

¹⁶ WCED – *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press.

como também promover a transformação das práticas agrícolas, construir métricas para avaliar a saúde ambiental, repensar os modelos tradicionais de desenvolvimento, recuperar os mecanismos de cooperação internacional ou investir na ciência e na diplomacia multilateral.¹⁷

Outro trabalho fundamental seria desenvolvido em 1994, por Thomas F. Homer-Dixon, que pretendia compreender até que ponto a escassez ambiental poderia contribuir para precipitar e exacerbar conflitos violentos. O investigador argumentava que, embora fosse possível identificar uma relação causa-efeito entre escassez ambiental e conflito, nem todas as questões ambientais contribuiriam da mesma forma para este fenómeno – segundo Homer-Dixon, o fator ambiental com maior relevância seria a degradação ou destruição de recursos naturais. O autor assinalava também que a escassez ambiental era um fenómeno que envolvia três dimensões: a carência de recursos naturais renováveis, a sua desigual distribuição e o rápido crescimento demográfico. Para ele, a interação entre estes três fatores poderia contribuir para aprofundar as divisões entre grupos mais vulneráveis e elites políticas, intensificando simultaneamente a densidade populacional, o que, por sua vez, tornaria os ecossistemas mais vulneráveis. Baseado numa comparação de vários estudos empíricos, o investigador concluiu que os países em desenvolvimento se encontravam mais vulneráveis à eclosão de conflitos motivados por fatores ambientais, sobretudo nos casos em que estes contribuía para reduzir a produção agrícola, provocavam deslocamentos populacionais, exacerbavam tensões sociais e dificultavam o desenvolvimento económico. Esta conjugação de fatores levou Homer-Dixon a antever um agravamento do número de conflitos induzidos pela escassez ambiental e fenómenos associados, sobretudo a nível doméstico.¹⁸

Mas se muitos colocavam as questões ambientais como um imperativo estratégico, outros adotavam uma posição muito mais alarmista em relação ao impacto da destruição ambiental no futuro do sistema internacional e, especificamente, na segurança estado-unidense. Foi o caso de Robert D. Kaplan. Em 1994, o autor publicaria um dos artigos mais debatidos sobre o tema. Para ele, as questões ambientais não deveriam ser vistas como mais um assunto no vasto leque de ameaças a introduzir na agenda de defesa, mas como a grande questão de segurança nacional. Mesmo reconhecendo a importância de outros fatores como a corrupção e a pobreza, Kaplan via nos recursos naturais a força motriz das transformações futuras nas relações internacionais. Na sua visão apocalíptica, o rápido crescimento demográfico, associado à

¹⁷ MATHEWS, J. T. – «Redefining Security». In *Foreign Affairs*. V. 68, N. ° 2, 1989, pp. 162-177.

¹⁸ HOMER-DIXON, T. F. – «Environmental Scarcities and Violent Conflict». In *International Security*. Vol. 19, N. ° 1, 1994, pp. 5-40.

proliferação de doenças, degradação dos solos ou à elevação do nível do mar, resultaria inevitavelmente num êxodo em massa dos países em desenvolvimento rumo aos desenvolvidos. Assim, Kaplan dividia o mundo em dois: o Norte, pacífico, civilizado e tecnologicamente avançado, e o Sul, bárbaro, primitivo, corrupto e, portanto, incapaz de governar-se. Para defender a sua posição, Kaplan utilizava uma série de ilustrações anedóticas das suas visitas à África Ocidental, Médio Oriente ou Sudeste Asiático, procurando demonstrar que a disputa por recursos naturais e a degradação ambiental acabariam por precipitar um regresso à anarquia.¹⁹ Nas suas palavras,

«as guerras do futuro serão as da sobrevivência comum, agravadas, ou em muitos casos causadas, pela escassez ambiental. Estas guerras serão subnacionais, tornando difícil aos Estados e autoridades locais proteger a integridade física dos seus cidadãos. Será deste modo que muitos Estados acabarão por morrer».²⁰

Daniel Deudney foi um dos primeiros a questionar as implicações de associar degradação ambiental e segurança nacional. Para o autor, tal assentava em três pressupostos particularmente problemáticos. Em primeiro lugar, direcionar recursos para combater os desafios ambientais por via militar implicava não investir esses mesmos recursos em outros projetos, cujo potencial para reduzir a desflorestação, proteger a biodiversidade ou mitigar as alterações climáticas seria bastante superior. Ao mesmo tempo, essa lógica não só descuidava o efeito nocivo da guerra sobre o ambiente, como também a excessiva quantidade de recursos naturais e poluição necessários à manutenção do aparelho militar. Para além disso, a segurança nacional era conceitualmente incompatível com a proteção ambiental. Deudney explicava as razões: primeiro, degradação do ambiente e violência constituíam ameaças distintas; segundo, as questões ambientais revestiam-se de um carácter iminentemente transaccional; e terceiro, o funcionamento e prioridades das instituições de defesa, por um lado, e das organizações responsáveis pela proteção ambiental, por outro, eram amplamente diferentes. Por último, a inclusão de ameaças ambientais na esfera da segurança nacional criava um outro risco, designadamente o de esvaziar o significado do conceito.²¹

¹⁹ KAPLAN, R. D. – *The Coming Anarchy*. Consultado em: 6 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/304670/>

²⁰ *Ibidem*.

²¹ DEUDNEY, D. – «The Case Against Linking Environmental Degradation and National Security». In *Millennium*. Vol. 19, N.º 3, 1990, pp. 461-476.

Esta perspectiva seria reforçada por Simon Dalby, que alertava igualmente para o carácter ecologicamente destrutivo de muitas atividades militares e para a incompatibilidade entre a conceção de segurança associada às instituições de defesa e a promoção do desenvolvimento sustentável. Dalby argumentava que, ao assumir como principal objetivo estratégico a preservação da estabilidade internacional e do *status quo*, a visão convencional da segurança era incapaz de conduzir às transformações sociais, económicas e políticas necessárias para responder eficazmente aos desafios ambientais. Além disso, associar questões ambientais ao princípio da segurança nacional contribuía para desviar a atenção política das populações que se encontravam numa posição de maior vulnerabilidade e cuja segurança e bem-estar eram mais afetados por problemas como a degradação dos ecossistemas, a escassez energética ou as alterações climáticas. Para o autor, uma definição mais adequada seria a ideia de uma segurança comum e ecologicamente sustentável, alicerçada num compromisso para com a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a equidade intergeracional, com o objetivo de assegurar que os grupos frequentemente marginalizados não seriam ameaçados pela degradação ambiental e poluição produzida por outros. Isso implicaria repensar não só a segurança, mas as estruturas políticas e económicas que contribuían para a insegurança ambiental e perpetuavam uma visão de progresso e desenvolvimento assente no controlo e domínio da natureza.²²

A ideia de segurança ambiental seria posteriormente reformulada através do conceito de segurança humana. Apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1994, o conceito colocava o indivíduo no centro da agenda de segurança. Através deste novo conceito, as questões de segurança seriam repensadas como desafios de desenvolvimento e a insegurança reconsiderada como uma questão universal, interdependente e individual. Para além de introduzir o conceito de segurança humana, o relatório reconhecia ainda a importância global da degradação ambiental e sublinhava a dimensão transnacional das ameaças produzidas pela escassez hídrica, poluição, desflorestação, desertificação ou redução da biodiversidade, bem como o seu potencial efeito no agravamento de conflitos civis, na deterioração da saúde pública e em desastres naturais, como secas e inundações.²³

Ao nível operacional, o conceito de segurança humana pode ser definido segundo duas perspectivas. A primeira adota uma visão minimalista e negativa da insegurança humana, que considera apenas fatores críticos ou severos, ou seja, ameaças diretas à integridade física de comunidades e indivíduos. Neste caso, são consideradas questões de segurança ameaças

²² DALBY, S. – *Environmental Security*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

²³ UNDP – *Human Development Report: New Dimensions of Human Security*. New York, 1994.

existenciais que resultem de conflitos interestatais, ameaças à integridade física colocadas pelos Estados aos seus cidadãos ou conflitos violentos entre grupos ou comunidades de um país. A segunda perspectiva adota uma visão maximalista, segundo a qual a ideia de insegurança humana diz respeito ao conjunto de fatores que limitam a capacidade dos indivíduos e populações de satisfazer as suas necessidades básicas, isto é, os que condicionam o seu bem-estar, direitos e desenvolvimento. É na agenda maximalista que desafios como as alterações climáticas ou a perda de biodiversidade são compreendidos como uma dimensão da segurança humana – a dimensão da insegurança ambiental.

A agenda da segurança humana veio, pois, responder a alguns dos principais problemas de associar ambiente e segurança nacional. Primeiro, ao reposicionar grupos e comunidades vulneráveis como principais sujeitos a proteger, esta ideia contribuiu para desmistificar a primazia do Estado nos conceitos tradicionais de segurança. Estes, além de analiticamente limitados, negligenciavam a importância do interesse nacional na prossecução de políticas extrativistas que promoviam a destruição da natureza ou o impacto ambiental do aparelho militar. Segundo, ao sublinhar as múltiplas inseguranças que condicionavam a liberdade e integridade dos indivíduos, o conceito contribuiu para que as questões de segurança começassem a ser entendidas não apenas como problemas a resolver através do armamento, mas como um conjunto de desafios interdependentes, que poderiam ser ultrapassados através do desenvolvimento.

Contudo, tanto a ideia de segurança nacional como o conceito de segurança humana preservaram dois pressupostos da modernidade que os tornam incapazes de compreender e lidar com as novas condições geológicas do Antropoceno: o antropocentrismo clássico e o dualismo entre a natureza e a humanidade. O primeiro designa a posição axiológica que atribui valor intrínseco apenas aos membros da espécie humana. De acordo com esta perspectiva, a vida não-humana tem um valor meramente instrumental, que oscila consoante a sua capacidade para satisfazer os interesses e necessidades da humanidade. O segundo tem que ver com a perceção da natureza enquanto entidade externa à sociedade. Na parte seguinte, exploramos duas perspectivas que utilizam as questões levantadas pelo antropocentrismo e pelo dualismo para repensar o conceito de segurança e torná-lo mais robusto perante a realidade do Antropoceno.

RUMO A UMA VISÃO PÓS-ANTROPOCÊNTRICA DA SEGURANÇA

Segurança como cuidado: Expandindo as fronteiras éticas da humanidade

A visão pós-antropocêntrica de segurança como cuidado pode ser encontrada, por exemplo, no trabalho de Cameron Harrington e Clifford Shearing, e parte do seguinte pressuposto: nos moldes atuais, o conceito de segurança é inadequado para teorizar as relações mais-do-que-humanas que constituem a vida no planeta. A grande maioria dos significados atribuídos ao conceito de segurança, desde a segurança nacional à segurança humana, considera a natureza uma realidade externa à sociedade. Esta distinção assenta na ideia de que o ser humano se distingue das restantes espécies pela sua capacidade única de refletir e transformar a sua própria condição. A natureza é entendida apenas como um obstáculo ou potencial ameaça à segurança da humanidade e os riscos a ela associados podem ser mitigados e controlados através do desenvolvimento científico e tecnológico. Como resultado, a importância de plantas, animais ou microrganismos é reduzida à sua capacidade para satisfazer as necessidades individuais e coletivas da humanidade. Por outras palavras, para uma perspetiva antropocêntrica de segurança, como as perspetivas da segurança humana e segurança nacional, a proteção da natureza não é um fim em si mesmo; é apenas um instrumento para assegurar a subsistência e o desenvolvimento da humanidade.²⁴

Todavia, ao longo das últimas décadas, a validade ontológica da divisão entre o mundo social e o mundo natural tem sido sistematicamente colocada em causa pelas ciências naturais, sociais e humanas. Segundo Harrington e Shearing, vivemos sob uma nova condição no Antropoceno: a condição pós-humana, na qual a humanidade está interligada não só a outras formas de vida, desde micróbios a animais ou ecossistemas, como a tecnologias e infraestruturas, sem as quais as sociedades e estilos de vida contemporâneos se tornariam incomportáveis. Por esse motivo, o Antropoceno conduz-nos a uma profunda reconsideração das ideias pré-estabelecidas sobre quem somos e como nos relacionamos com o mundo à nossa volta. Ao anunciar o início de uma nova época planetária, a condição pós-humana coloca em causa a validade dos princípios metafísicos da modernidade, os quais, ao longo dos últimos séculos, contribuíram para justificar a excecionalidade humana e legitimar a sistemática destruição das condições naturais que permitem a vida na Terra.²⁵

²⁴ HARRINGTON, C.; SHEARING, C. – *Security in the Anthropocene: Reflections on Safety and Care*. Bielefeld: Transcript, 2017.

²⁵ *Ibidem*.

Sendo um elemento central na constituição da soberania como princípio fundacional das relações internacionais, o conceito de segurança nacional encontra-se intrinsecamente alicerçado nos pressupostos acima identificados. Como referem Harrington e Shearing, praticamente todos os conceitos de segurança desenvolvidos nas últimas décadas adotaram uma perspectiva do mundo segundo a qual o ser humano é representado de duas formas: ou como um ator com a capacidade de transformar o mundo e modificar as condições da sua existência ou como um sujeito vulnerável, impotente e incapaz de alterar as estruturas sociais, económicas e políticas que contribuem para a sua insegurança. Independentemente da posição adotada, o ser humano é sempre definido como uma entidade distinta da natureza. Paradoxalmente, e apesar de reconhecerem a superioridade humana face a outras espécies, os conceitos tradicionais sublinham também que, para garantir a sua segurança, a humanidade terá de considerar os desafios impostos pelo planeta. As teorias de segurança ensinam-nos que a melhor estratégia para os Estados preservarem a sua autonomia estratégica e garantirem os seus interesses nacionais é investir no desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Quanto maior for a sua capacidade para dominar o mundo, maior será a sua segurança. Em contraste, o Antropoceno demonstra-nos que a natureza não pode continuar a ser entendida como um obstáculo ou ameaça externa à humanidade; pelo contrário, no atual contexto planetário, a natureza deve ser compreendida como o mais importante aliado do ser humano.²⁶

É então fundamental repensar a própria ideia de segurança não como um conceito, mas como uma ecologia que abarca uma multiplicidade de interações e atores, humanos e não-humanos, de forma a compreender como a nova época geológica e a nova condição pós-humana vieram reposicionar o ser humano no planeta, retirando-lhe centralidade e tornando-o mais dependente e vulnerável em relação às restantes espécies e ecologias. Se, por um lado, nunca antes a humanidade possuiu tanto conhecimento sobre a sua própria condição, por outro, nunca a sua sobrevivência esteve tão dependente da forma como interage com a natureza. No Antropoceno, sugerem Harrington e Shearing, nem o conceito de segurança pode continuar a ser limitado a uma preocupação com as dinâmicas do conflito e cooperação internacional, nem a segurança da humanidade pode continuar a ser separada da segurança planetária. No entanto, considerar esta nova época geológica não significa apenas atribuir uma maior importância às questões ambientais. O início do Antropoceno simboliza mais que a emergência de um novo conjunto

²⁶ *Ibidem*. Veja-se também, por exemplo, PEREIRA, J. C.; GEBARA, M. F. – «Where the Material and the Symbolic Intertwine: Making Sense of the Amazon in the Anthropocene». In *Review of International Studies*. Acesso antecipado, 2022.

de riscos e ameaças; assinala o início de uma nova realidade, na qual humanos e não-humanos interagem e coexistem de forma complexa, interdependente e não-linear. Assim, é urgente repensar conceito de segurança na sua totalidade, não só da ontologia à epistemologia, mas também da ética à política.²⁷

Harrington e Shearing argumentam que, tal como outras importantes transformações no sistema internacional (por exemplo, o final da Guerra Fria ou a guerra contra o terrorismo) contribuíram para redefinir o significado convencional de segurança e modificar a sua agenda, também o Antropoceno deverá ser entendido como uma oportunidade não só para repensar a forma como entendemos e nos relacionamos com o planeta, mas também para reconsiderar a nossa conceção coletiva de segurança e a resposta às questões sobre quem deverá ser protegido, através de que meios e por quem.²⁸

Para os autores, o cuidado como conceito e princípio ético oferece um ponto de partida privilegiado para repensar o conceito de segurança no Antropoceno, uma época que sublinha a interdependência entre todos os seres vivos, humanos e não-humanos, e reforça o carácter transnacional, mais-do-que humano e intergeracional de desafios como a proteção da biodiversidade e a mitigação das alterações climáticas. A ideia de cuidado encontra-se alicerçada numa ética feminista que perpassa as divisões entre o excecional e o mundano, o público e o privado, o doméstico e o internacional. Nesse sentido, permite-nos ampliar as análises de insegurança, para considerar as causas e os efeitos quotidianos do Antropoceno – isto é, as múltiplas manifestações da violência estrutural que afeta humanos e não-humanos e as condições que a tornam possível.²⁹

Harrington e Shearing realçam as visões de cuidado prefiguradas por comunidades indígenas, as quais têm sido sistematicamente sujeitas a práticas de violência e opressão, oferecendo, por isso, lições importantes. Nesses contextos, a ideia de cuidado está intimamente ligada à construção da comunidade: as suas múltiplas práticas, que podem ir desde o apoio mútuo ao cuidado doméstico, visam ajudar a identificar problemas comuns e a encontrar soluções coletivas. Simultaneamente, ao reconhecer a imersão humana na natureza, essas comunidades aplicam também a ideia de cuidado a ecologias e seres não-humanos. Assim, o cuidado como princípio ético e afetivo que encontramos na génese dos movimentos ambientalistas indígenas

²⁷ HARRINGTON, C.; SHEARING, C. – *Security in the Anthropocene*.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*.

poderá ajudar-nos a reconhecer a nossa existência como produto de uma rede de relações mais-do-que-humanas, compreender os nossos deveres e responsabilidades para com os outros, valorizar formas diferentes de conhecer e interagir com a natureza ou responder a injustiças e restaurar relações. Incluindo diferentes vozes, e abrindo espaço para aquelas que procuram falar também pela natureza, a prática do cuidado pelo outro poderá ajudar-nos a reconstruir relações de responsabilidade mútua para lá das fronteiras da humanidade, relações essas que se revelam fundamentais no contexto do Antropoceno.³⁰

Neste novo mundo, reconhecer que a segurança da humanidade se encontra intimamente ligada à segurança de outros seres implica aceitar a nossa responsabilidade pela sua proteção – tal significa que o nosso cuidado pelo outro não poderá limitar-se ao ser humano. A ideia de cuidado como ética e prática de segurança permite-nos assim revisitarmos as questões fundamentais sobre quem deve ser protegido e em que condições, e quem tem a responsabilidade de cuidar e proteger e com que meios. Note-se que a resposta a estas questões não é universal, mas sim construída de forma inclusiva, em cada contexto.

Segurança ecológica: A resiliência dos ecossistemas no centro da tomada de decisão

A segunda visão pós-antropocêntrica de segurança é apresentada através do conceito de segurança ecológica e pode ser encontrada, por exemplo, no trabalho de Matt McDonald. Este conceito adota uma perspectiva construtivista, segundo a qual a segurança é entendida como uma construção discursiva, contestada por vários atores e comunidades, que articulam uma visão específica sobre quem deve ser protegido, de que ameaças, como, por quem e através de que meios. Debruçando-se especificamente sobre a problemática das alterações climáticas, McDonald identifica três discursos que dominam a agenda internacional e determinam, nos planos nacional e global, as respostas a este desafio. O primeiro, e possivelmente aquele a que é atribuído maior peso no debate académico e político, é o discurso das alterações climáticas como potencial ameaça à integridade e segurança nacional. Avançado maioritariamente por instituições e atores na esfera da defesa, este discurso emerge, sobretudo, da preocupação com os efeitos estratégicos do problema, ou seja, com a sua capacidade de exacerbar tensões e conflitos, multiplicar outras ameaças ou mesmo condicionar a capacidade operacional das forças armadas. Embora este discurso tenha contribuído para elevar a importância das

³⁰ *Ibidem.*

alterações climáticas no debate público, acabou também por reduzir a complexidade da questão ao seu potencial impacto militar, económico e social e, na prática, traduziu-se no desenvolvimento e implementação de políticas de adaptação às alterações climáticas.³¹

O segundo discurso amplia a discussão ao acrescentar a estes tópicos os potenciais efeitos das alterações climáticas na segurança humana. Desenvolvido sobretudo por organizações internacionais e não-governamentais associadas à agenda do desenvolvimento, esta visão sublinha o potencial impacto do problema no bem-estar das comunidades e indivíduos mais vulneráveis, destacando a implementação de estratégias que, por um lado, permitam a estas populações ser mais resilientes aos efeitos diretos das alterações climáticas e que, por outro lado, contribuam para transformar as estruturas de desigualdade e poder que as colocam nessa posição.³²

O terceiro discurso interliga as duas visões anteriores ao compreender o problema como uma potencial ameaça à paz e estabilidade internacional, destacando a sua capacidade para desencadear conflitos entre comunidades ou provocar movimentos populacionais. Ao destacar o potencial impacto das alterações climáticas na ordem internacional, este discurso sublinha também o papel central das organizações internacionais e agências especializadas em fortalecer os mecanismos e normas de cooperação multilateral e implementar estratégias de mitigação e adaptação ao problema.³³

Apesar de assentarem em pressupostos diferentes e autorizarem respostas distintas ao desafio das alterações climáticas, os discursos supramencionados apresentam importantes limitações no que respeita à sua incapacidade de gerar as transformações necessárias para proteger as comunidades mais vulneráveis e assegurar a resiliência e adaptabilidade dos ecossistemas, das quais essas comunidades dependem. A ideia de segurança ecológica foi desenvolvida exatamente com objetivo de ultrapassar estas limitações. Para McDonald, a segurança ecológica representa um discurso alternativo, que não só desafia as conceções dominantes das alterações climáticas enquanto questões de segurança, como nos oferece uma perspetiva mais adequada ao contexto do Antropoceno. Em contraste com os discursos anteriores, a ideia de segurança ecológica reposiciona a biosfera e a resiliência dos ecossistemas como o referente a

³¹ MCDONALD, M. – *Ecological Security: Climate Change and the Construction of Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

ser protegido e, nesse sentido, tem como principal objetivo reequilibrar as interações entre a humanidade e o planeta. Enquanto os restantes discursos se concentram essencialmente em estratégias de adaptação e mitigação, a segurança ecológica advoga uma resposta orientada à transformação das estruturas económicas e comportamentos sociais responsáveis pelas alterações climáticas. Para ultrapassar o dualismo entre humanidade e natureza, o discurso de segurança ecológica defende a proteção da resiliência e funcionalidade dos ecossistemas como a estratégia mais adequada e eficiente para reduzir a insegurança que afeta populações humanas e não-humanas, presentes e futuras, colocando especial ênfase nos grupos e comunidades em posição de maior vulnerabilidade.³⁴

No entanto, o conceito de segurança ecológica não deve ser entendido como uma agenda pré-definida e aplicável a todos os contextos, mas como uma série de linhas orientadoras que poderão ajudar-nos a superar os obstáculos e limitações das estratégias atualmente utilizadas para responder ao desafio das alterações climáticas. Essencialmente, a segurança ecológica tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de uma sensibilidade mais adequada ao contexto do Antropoceno, que permita assegurar a resiliência dos ecossistemas, reduzindo assim a insegurança de grupos e indivíduos vulneráveis, bem como de plantas, animais ou microrganismos, formas de vida cuja proteção e integridade estão, em muitos casos, ausentes da agenda da segurança ambiental, apesar do seu contributo fundamental para a estabilidade do sistema terrestre. A segurança ecológica procura, portanto, colocar a resiliência do ecossistema no centro da tomada de decisão. De acordo com o conceito, para responder aos desafios impostos pelo Antropoceno, é necessário expandir a nossa responsabilidade ética a três níveis: territorial, assumindo responsabilidade por populações especialmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas; temporal, adotando medidas que considerem o impacto do problema no bem-estar e desenvolvimento das gerações futuras; e interespecífico, zelando pela integridade e sobrevivência de outras espécies e ecologias.³⁵

Num contexto em que os efeitos das alterações climáticas são cada vez mais evidentes, colocar os ecossistemas e a sua resiliência em primeiro plano permite-nos priorizar as inseguranças que afetam as populações mais vulneráveis, incluindo gerações futuras e formas de vida não-humanas. A questão da temporalidade e da justiça intergeracional é central neste discurso, uma vez que a segurança das gerações futuras é condicionada pelas decisões do presente. Para McDonald, ao proteger a adaptabilidade e resiliência dos ecossistemas, estamos também a

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ *Ibidem.*

salvaguardar a subsistência, bem-estar e desenvolvimento das próximas gerações, humanas e não-humanas. Nesse sentido, o discurso da segurança ecológica não considera o problema climático um mero fator multiplicador de outras ameaças, mas uma ameaça em si mesmo. Embora vise transformar as condições estruturais que produzem o fenómeno das alterações climáticas, este discurso também reconhece a urgência de ações diretas de curto e médio prazos, que permitam reduzir rapidamente as emissões de gases de efeito estufa e minimizar os riscos da interferência antropogénica no clima. Ao mesmo tempo, estratégias adaptativas que recorram, por exemplo, a técnicas de remoção de dióxido de carbono da atmosfera são consideradas elementos importantes para promover, no curto-prazo, a resiliência dos ecossistemas.³⁶ Contudo, estes mecanismos deverão ser entendidos como estratégias temporárias, que facilitam a transição estrutural necessária à sustentabilidade global e à estabilidade do sistema terrestre. Reconfigurar as estruturas sociais, económicas e políticas responsáveis pela destruição do planeta é o fim último da segurança ecológica.³⁷

CONCLUSÃO

O Antropoceno representa potencialmente o maior desafio enfrentado pela humanidade. Nesta nova época geológica, tornou-se inconcebível continuar a separar a segurança e bem-estar dos seres humanos da integridade do planeta e das relações mais-do-que-humanas que tornam possível a vida na Terra. O conceito de segurança ambiental torna-se obsoleto perante esta nova realidade. Ao preservar a distinção entre o mundo social e o mundo natural, a segurança ambiental acaba também por reforçar a ideia de que desafios como as alterações climáticas ou a perda da biodiversidade são ameaças externas à sociedade e não o produto de modelos insustentáveis de produção, consumo e desenvolvimento. Por outro lado, ao reificar a superioridade moral do ser humano em relação a outras espécies, o conceito de segurança ambiental legitima também a conceção da natureza como mero instrumento para satisfazer os interesses e necessidades das sociedades humanas.³⁸ Neste novo contexto planetário, é urgente

³⁶ Embora estas estejam também associadas a problemas e riscos socioecológicos significativos. Veja-se, por exemplo, BUCK, H. J. – «The Politics of Negative Emissions Technologies and Decarbonization in Rural Communities». In *Global Sustainability*. V. 1, N. ° E2, 2018; DOODELY, K., CHRISTOFF, P.; NICHOLAS, K. – «Co-Producing Climate Policy and Negative Emissions: Trade-Offs for Sustainable Land-Use. In *Global Sustainability*. V. 1, N. ° E3, 2018.

³⁷ MCDONALD, M. – *Ecological Security*.

³⁸ MITCHELL, A. - «Only Human? A Worldly Approach to Security». Veja-se também PEREIRA, J. C. – «Towards a Politics for the Earth: Rethinking IR in the Anthropocene». In *International Relations in the Anthropocene: New Agendas, New Agencies and New Approaches*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021, pp. 21-37.

expandir as fronteiras éticas da humanidade e repensar tanto o nosso lugar como a nossa relação com o planeta.

Este capítulo discutiu os problemas inerentes ao conceito de segurança ambiental face aos desafios do Antropoceno e explorou duas visões pós-antropocêntricas de segurança, visões essas que reconhecem a complexidade característica das relações socioecológicas no Antropoceno: as ideias de segurança como cuidado e segurança ecológica. Estas partilham um conjunto de pressupostos sobre como concetualizar e operacionalizar uma noção de segurança mais adequada às novas condições geológica do planeta. Em primeiro lugar, ambas são críticas das visões tradicionais de segurança ambiental. Ao não questionarem o antropocentrismo e dualismo dominantes, essas visões impossibilitam uma compreensão adequada das múltiplas crises planetárias que caracterizam o Antropoceno e contribuem para que estas se intensifiquem e perpetuem. Em segundo lugar, as duas visões advogam uma concetualização mais-do-que-humana da (in)segurança. Tal significa que os desafios, riscos e incertezas resultantes da interferência antropogénica no sistema terrestre não deverão ser vistos meramente como uma ameaça aos Estados, ao sistema internacional ou a comunidades vulneráveis, mas como um risco para as próprias condições que tornam a existência de vida no planeta possível. Em terceiro e último lugar, ambas evitam oferecer um modelo pré-definido de segurança, que possa ser aplicado universalmente, ou uma nova meta-narrativa sobre o significado da insegurança no contexto do Antropoceno. Visões pós-antropocêntricas de segurança não são apenas novos conceitos de segurança, mas um conjunto de princípios éticos que nos permitem pensar de forma mais inclusiva e rigorosa sobre os desafios do Antropoceno, as suas diferentes escalas e temporalidades e as estratégias mais adequadas para os confrontar.